

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA

**TRABALHO COLETIVO E GERAÇÃO DE RENDA EM EMPREENDIMENTOS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

AUTOR: Sandro Pereira Silva

ORIENTADORA: Prof^ª Vera Lúcia T. Muniz

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA

**TRABALHO COLETIVO E GERAÇÃO DE RENDA EM EMPREENDIMENTOS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Monografia apresentada ao Departamento de
Economia da Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do curso de Ciências
Econômicas, para obtenção do título de “Bacharel”.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2006

SANDRO PEREIRA SILVA

MONOGRAFIA

**TRABALHO COLETIVO E GERAÇÃO DE RENDA EM EMPREENDIMENTOS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Jéferson Boechat Soares

Evonir Pontes de Oliveira

Vera Lúcia T. Muniz

***A minha mãe Lúcia,
A minha irmã Amanda,
A minha amada Fernanda***

As três mulheres de minha vida

[...]

**A verdade sobre nós desconhecemos
Dos caminhos a seguir, da inércia a que permanecemos
Pergunto-me onde encontrar a nossa sapiência
No tecnicismo? No ceticismo? No racionalismo?
Nas liberdades individuais? Nas linhas das mãos?**

**Quem sabe na história do povo. Na luta e no amor.
No sangue de Zumbi. Na fé de Conselheiro. Na magia de
Guimarães. Na coragem de Chavez. No espírito de Morales.
Nos sonhos dos sem-teto. Nos suores dos sem-terra.
A poesia ainda resiste
O amor ainda resiste
A amizade ainda resiste
A rebeldia ainda resiste
À desigualdade que ainda persiste
[...]**

***Mateus de Moraes Servilha
Poeta, geógrafo e companheiro de lutas na UFV.***

AGRADECIMENTOS

Agradeço, de todo meu coração, a todas as pessoas que, de alguma forma, ainda que mínima, auxiliaram-me nessa difícil caminhada durante os quatro anos de graduação na UFV. Para minha felicidade, muitas foram essas pessoas, e impossível seria citá-las todas nesse espaço. Porém, mesmo sabendo que fatalmente cometerei algumas injustiças, por ausentar certos nomes de extrema importância, arrisco-me em explicitar alguns. Por isso agradeço:

A toda a minha família – pais, irmãos, avó, tias e primos – pelo amor incondicional e a energia positiva que, mesmo à distância, sempre me confortou e me deu forças para nunca esmorecer.

A minha amada Fernanda, pelos momentos de carinho e companheirismo que fizeram a diferença em minha vida desde outubro de 2004. Estendo os agradecimentos também à sua família, pela acolhida calorosa e pelo respeito e confiança em minha pessoa.

Ao meu grande amigo Márcio, pelos instantes enriquecedores de lealdade e amizade e por tanto ensinar-me em nossas infindáveis discussões filosóficas. Também agradeço a sua família por todo apoio e consideração, em especial ao seu irmão e meu grande companheiro Marcelo, que iniciou comigo essa caminhada sem volta em busca do conhecimento.

Aos meus mestres e eternos amigos – Fabrício, Emanuel, Dudu e Marcelo – que comigo habitaram o 214 do Novíssimo, a “Terra do Nunca”, por auxiliarem-me nos primeiros momentos de UFV e sempre alimentaram em mim a chama da luta pela justiça. Estendo esse agradecimento aos agregados: Leandro, Bonzinho, Leonardo, Bruno, Fabrício Baiano e Reinaldo Paulista, pelos momentos incríveis de amizade nessa vida dura de morador de alojamento na UFV.

Aos amigos e amigas da turma de Economia 2002, a qual tive o prazer de fazer parte e conviver bem com todos. Mas como sempre existem aqueles em que acabamos, por alguns motivos, nos tornando mais próximos, queria aproveitar para agradecer em especial aos grandes amigos: Zé Afegão, Thirso, Harry, Corugito, Feijão, Marlon, Alexandre, Rose e Alaysa.

Aos funcionários da UFV, que dedicam grande parte de suas vidas para o bom funcionamento dessa estrutura. Em especial, agradeço aos funcionários do Departamento de Economia, Luiz, Graça, Gabriel e Armando, por todo o apoio dispensado sempre que necessitei.

Aos companheiros de lutas, ideais e projetos do movimento estudantil de Viçosa – Centro Acadêmico, DCE e grupos alternativos – por proporcionaram-me um nítido crescimento pessoal, além de expandir minha visão de mundo e minha vontade de participar das decisões políticas que nos afetam.

À professora Vera, minha orientadora nesse trabalho de monografia, pelos momentos de dedicação e pela paciência em ensinar-me a árdua tarefa da organização de uma pesquisa científica.

Aos verdadeiros companheiros e companheiras da Incubadora Tecnológica de Cooperativas da UFV, pelos momentos de aprendizado e diversão e por dividirem comigo a iniciação prática e teórica nos campos da Economia Solidária.

E um agradecimento especial a todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil pela oportunidade de estudar na UFV, pois a existência e o funcionamento dessa Universidade devem-se ao trabalho de cada uma dessas pessoas.

RESUMO

O presente estudo apresenta como principal objetivo analisar a dinâmica e desenvolvimento da economia solidária e sua organização na Região da Zona da Mata Mineira. Sua relevância surge da importância de se pensar formas alternativas de organização econômica para esse novo século, já que o acelerado processo de desestruturação produtiva vem acarretando conseqüências negativas na geração de novos postos de trabalho. Os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) caracterizam-se como um conjunto de empreendimentos produtivos organizados de maneira coletiva e autogestionária, que apresentam o cooperativismo como modelo de organização democrática e igualitária, remunerando o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade. A realização desta pesquisa permitiu apreender que os empreendimentos de economia solidária são instrumentos relevantes na geração de trabalho e renda para a população da Zona da Mata Mineira, apesar de ainda encontrarem-se em um estado embrionário de organização econômica com seus desafios respectivos. Porém, para um maior desenvolvimento dessas iniciativas, é

necessário ter claro o papel do Estado, em todas as esferas governamentais, com a formulação e execução de políticas públicas específicas.

ÍNDICE

	P á g i n a
1. INTRODUÇÃO _____	1
1.1. Considerações iniciais _____	1
1.2. O Problema e sua importância _____	4
1.3. Objetivos _____	6
1.3.1. Objetivo geral _____	6
1.3.2. Objetivos específicos _____	6
2. REFERENCAL TEÓRICO _____	8
2.1. A trajetória da Economia Solidária _____	8
2.1.1. Os socialistas utópicos e o princípio dos ideais cooperativistas _____	8
2.1.2. O cooperativismo como organização econômica: de Rochdale ao pensamento moderno _____	12
2.1.3. A trajetória do cooperativismo no Brasil _____	17
2.2. Economia Solidária: conceito e contextualização _____	19
2.3. O Cooperativismo Popular e seus impasses _____	26
2.4. A Autogestão na organização do trabalho _____	29
2.5. A autogestão funcional _____	33
3. METODOLOGIA _____	35

4. RESULTADOS_____	38
4.1. A análise sócio-econômica da micro-região de Viçosa_____	38
4.2.Aspectos gerais, econômicos e políticos dos EES analisados_____.	42
4.2.1. Aspectos gerais_____	42
4.2.2. Aspectos econômicos_____	47
4.2.3. Aspectos políticos_____	52
5. CONCLUSÃO_____	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS_____	62
ANEXO_____	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Princípios Cooperativistas e Mudanças da ACI_____	15
Tabela 2	Características de Organizações Autogestionárias_____	32
Tabela 3	Pessoas com idade igual ou superior a 10 anos por classe de rendimento nominal mensal em Viçosa/MG, 2000_____	41
Tabela 4	Pessoas com idade igual ou superior a 10 anos, ocupadas na	

	semana de referência, segundo horas semanais habitualmente trabalhadas em Viçosa/MG_____	41
Tabela 5	Concentração de renda por extrato da população em Viçosa/MG (%)_____	41
Tabela 6	EES por município de origem_____	43
Tabela 7	Nº de EES por forma de organização nos municípios_____	44
Tabela 8	Variação do número de participantes por atividade nos municípios_____	46
Tabela 9	Acesso a crédito por atividade_____	50
Tabela 10	Renda média segundo forma de organização em salários mínimos (SM)_____	51
Tabela 11	Atividades assessoradas pelas principais instituições listadas_	54

1. INTRODUÇÃO

1.1. Considerações iniciais

A reestruturação produtiva e o avanço tecnológico que encaramos em escala crescente durante os anos finais do século XX trouxeram reflexos perversos para o mercado de trabalho no Brasil. Ao mesmo tempo em que acarretou um aumento da eficiência e da capacidade produtiva, observou-se o crescimento de índices de desemprego e informalidade.

O trabalho em tempo integral vem sendo substituído pelo trabalho temporário, jornada de tempo parcial, entre outras, além da intensificação da prática de subcontratação/terceirização. A taxa de desemprego no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que em 1990 era de 4,28%,

mantendo-se estável em 1995 a 4,64%, atingiu 7,10% em 2000. Já segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), estas taxas estariam em 7,20%, 9,00% e 11,00% respectivamente. O número de trabalhadores temporários e subcontratados superou o número de empregados devidamente regulamentados, com jornada de tempo integral, salários e condições de trabalho melhores (Culti, 2002).

Entendendo o trabalho como o fundamento principal da cidadania social, o seu desmoronamento e o esfacelamento da relação salarial, no Brasil e em toda a América Latina, vêm relegando verdadeiras massas de desempregados ou subempregados à desagregação social e à miséria, ainda que se entenda que o reconhecimento social deva ser baseado em outros suportes, além do trabalho (Pinto, 2004).

É sobre esse contexto que o termo economia solidária começa a ganhar espaço nas discussões acadêmicas brasileiras durante a década de 1990. A economia solidária surge a partir de iniciativas de base comunitária em geral construída por organizações vinculadas aos setores populares. Trata-se de atividades produtivas que tanto se inserem no mercado quanto constituem redes de comercialização próprias, também conhecidas como mercado solidário.

Tauile (2002) caracterizou a economia popular solidária como sendo o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade. Parte do princípio de uma organização administrativa autogestionária como um ideal de democracia econômica e gestão coletiva a ser perseguido. O autor firmou ainda que:

Esta forma de organização pode ser uma iniciativa efetiva ao trabalho precário encontrada tanto por pequenos grupos quanto pelo conjunto de trabalhadores de uma fábrica de médio ou grande porte e, às vezes, por toda uma comunidade ou município (p. 4).

Estes empreendimentos solidários ainda têm pouco peso econômico, no que se refere ao número de postos de trabalho e média de renda dos trabalhadores, entretanto, propiciam a sobrevivência de milhares de famílias em todo o mundo. Além disso, pode-se observar um surto extremamente forte de empreendimentos de economia solidária no Brasil desde os anos 80, o qual está se alastrando atualmente por todas as regiões do país, conquistando apoio político e social importante (Singer, 2002).

As iniciativas de economia solidária pretendem refletir, de acordo com França Filho (2004), uma tendência atual, verificada em diferentes partes do mundo, de proliferação de iniciativas autônomas de grupos organizados na sociedade civil, com o intuito de produção de atividades econômicas de modo distinto daquela praticada no mercado. Para algumas pessoas essas iniciativas referem-se às formas precárias de organização dos grupos populares excluídos socialmente, enquanto que para outras elas representam formas inéditas de desenvolvimento da solidariedade como contraponto à crise econômica mundial, entendendo solidariedade como o laço voluntário de união entre os cidadãos livres e iguais em direitos (Gaiger, 2004).

A colaboração entre diferentes empreendimentos, sejam eles associações ou cooperativas, apresenta-se como característica principal à competição e ao individualismo, que, por sua vez, caracterizam os mercados capitalistas. É a partir

dessa interconexão que os empreendimentos de economia solidária poderão ter a possibilidade de uma maior captação dos fluxos de valor da economia (Lisboa, 2005).

1.2. O problema e sua relevância social

Com o surgimento de diversos empreendimentos populares baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão, é hoje fato indiscutível em nossa paisagem social, embora seja um fenômeno observado em muitos países há mais de uma década, que a economia solidária está posta como uma opção ponderável para os segmentos sociais de baixa renda.

O associativismo e o cooperativismo de base popular são instrumentos capazes de oferecer mecanismos para solução de problemas políticos, sociais e econômicos que se encontram presentes em diferentes grupos sociais, desde que sejam adequadamente orientados e geridos democraticamente, levando em consideração seus princípios éticos. Com isso, torna-se necessário que as tentativas de se buscar mecanismos que possibilitem um maior conhecimento do programa da economia solidária sejam estimuladas, para que se possa fornecer subsídios para seu entendimento como sendo uma forma alternativa na geração de trabalho a uma parcela da população que se encontra na informalidade.

No estado de Minas Gerais, esses empreendimentos vêm ganhando grande relevância na geração de trabalho e renda às populações excluídas do

mercado formal de trabalho. Este trabalho possui como finalidade uma análise sobre a economia solidária na região da Zona da Mata Mineira, uma das regiões mais pobres do estado, com altos índices de analfabetismo, baixo índice de desenvolvimento humano e população de baixa renda.

Existem várias organizações que apresentam certo acúmulo no fomento desses empreendimentos na região, trabalhando na viabilização da economia solidária sob vários aspectos: incubação, negócios, tecnologia, informações, capacitação e articulação. Essas organizações são ligadas à: Universidades, como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; sindicatos e centrais sindicais, como a Agência de Desenvolvimento Solidário; e igrejas, como a Cáritas Brasileira, ligada à igreja Católica.

Como proposta de uma maior interação entre estas organizações, foi criado também o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, com representação regional na Zona da Mata. Este Fórum contém representantes de todas as organizações de fomento da economia solidária, representantes também dos próprios empreendimentos, além de estudantes e voluntários que se identifiquem com a causa. Reúne-se periodicamente com o objetivo de trocar experiências e propor estratégias de ação.

Nesse contexto de inúmeros problemas e desafios, a questão fundamental deste estudo pode ser definido através da seguinte pergunta: os empreendimentos de economia solidária são relevantes na geração de trabalho e renda para a população residente na região da Zona da Mata de Minas Gerais?

O desafio principal desta investigação decorre da interpretação teórica do trabalho na esfera da economia solidária, a qual será fundamentada

empiricamente como alternativa de desenvolvimento local. É a análise dos impactos da tecnologia de base popular como geradora de trabalho. Portanto, faz-se mister detectar quais são as implicações da economia solidária, no espaço geográfico específico da Zona da Mata mineira, em constituir-se como mecanismo de expansão de trabalho e renda mediante exploração dos recursos disponíveis.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo geral

O presente trabalho tem por principal objetivo analisar as tendências da dinâmica e desenvolvimento da economia solidária e sua organização dentro da região em estudo. Com isso, espera-se apreender a importância desta organização econômica na região, bem como sua real contribuição como alternativa de geração de trabalho e renda à população que se encontra excluída socialmente das condições básicas de sobrevivência, cidadania e dignidade.

1.3.2. Objetivos específicos

- Realizar um estudo da realidade socioeconômica da região;
- Avaliar o potencial de geração de postos de trabalho e renda dos empreendimentos;

- Analisar a atuação das principais organizações de fomento junto aos empreendimentos solidários na região;
- Verificar se existe nestes empreendimentos a prática efetiva da autogestão e se esta é estimulada.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A trajetória da Economia Solidária

2.1.1. Os socialistas utópicos e o princípio dos ideais cooperativistas

O caráter individualista e competidor do capitalismo moderno, que emerge a partir da nova organização fabril da Revolução Industrial, mudando a realidade da Inglaterra na segunda metade do século XVIII, fez ruir os laços de solidariedade e comunidade remanescentes do período medieval. O surgimento do capitalismo industrial trouxe um desenvolvimento jamais visto das forças

produtivas; entretanto, a falta de limites legais para a exploração do trabalho deixava nítida tanto a riqueza dos capitalistas quanto a miséria dos trabalhadores.

Heilbroner (1997) relatou uma chocante narrativa sobre as condições dos trabalhadores nas fábricas inglesas desta época:

Em 1828, *The Lion*, uma revista radical para a época, publicou a incrível história de Robert Blicoe, uma das oito paupérrimas crianças que havia sido enviadas para uma fábrica em Lowdham. Os meninos e as meninas – tinham todos cerca de dez anos – eram chicoteados dia e noite, não apenas pela menor falta, mas também para desestimular seu comportamento preguiçoso. E comparadas com as condições de Lowdham eram quase humanas. Em Litton, as crianças disputavam com os porcos a lavagem que era jogada na lama para os bichos comerem; eram chutadas, socadas e abusadas sexualmente; o patrão delas, um tal de Ellice Needham, tinha o horrível hábito de beliscar as orelhas dos pequenos até que suas unhas se encontrassem através da carne. O capataz da fábrica era ainda pior. Pendurava Blicoe pelos pulsos por cima de uma máquina até que seus joelhos se dobrassem e então colocava pesos sobre seus ombros. A criança e seus pequenos companheiros de trabalho viviam quase nus durante o gélido inverno e (aparentemente apenas por pura e gratuita sádica) os dentes deles eram limitados! (p. 101-102).

Com certeza, os fatos acima narrados não se repetiam de forma tão trágica em todas as fábricas inglesas, mas está claro que os trabalhadores dessa época não possuíam, nem de longe, as garantias e os direitos que os trabalhadores de hoje possuem. Essas conquistas só surgiram pela luta de milhares de trabalhadores que se colocaram contra essa relação de domínio do humano pelo capital, luta esta que, não raro, custou a vida de vários destes trabalhadores.

Alguns industriais e pensadores da época também se engajaram na luta pela humanização do capitalismo, teorizando e propondo novas formas de organização do trabalho. Buscavam imaginar e criar uma sociedade mais justa, por meio de associações voluntárias e de modificações na organização da produção industrial ou no regime de trocas.

Após a publicação do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels (1999), esses pensadores passaram a ser conhecidos como “socialistas burgueses” ou “socialistas utópicos”. Burgueses por apelarem à sociedade como um todo em suas propostas de melhoria das condições de vida dos trabalhadores, de preferência à classe dominante, ou seja, não reconheciam as distinções de classes e seus interesses na sociedade. Utópicos por rejeitarem toda a ação política para atingirem seus objetivos, acreditando que bastava todos compreenderem seu sistema para assim surgir uma sociedade melhor. Marx completou dizendo que:

Tais quadros fantásticos da sociedade futura, pintados em uma época em que o proletariado ainda está em um estado muito subdesenvolvido, têm só uma concepção fantástica de sua própria posição, que se assemelha aos primeiros anseios dessa classe por uma reconstrução geral da sociedade (Marx, 1999: p. 58-59).

Apesar de reconhecer a contribuição desses pensadores, o *Manifesto* utiliza o termo utópico como dura crítica às suas idéias, por serem desprendidas de um respaldo científico em relação ao desenvolvimento histórico da humanidade.

Os primeiros pensadores socialistas foram na maioria franceses e desenvolveram suas idéias no período entre a Revolução Francesa de 1789 e as Revoluções de 1848. Entre eles, pode-se destacar: Saint Simon (1760/1825), Charles Fourier (1772/1834), Pierre-Joseph Proudhon (1809/1865) e Louis Blanc (1811/1882)¹.

¹ Não é o objetivo deste trabalho adentrar nos pormenores da obra destes autores. Maiores informações sobre eles podem ser consultadas em Wilson (1997) e Heilbroner (1997).

Outro socialista utópico de destaque foi o britânico Robert Owen (1771/1858), empresário do ramo têxtil em New Lanarc, Escócia. Owen exerceu grande liderança política na Inglaterra, na primeira metade do século XIX. Preocupava-se com a questão da pobreza e defendia a formação de “Aldeias de Cooperação” para conseguir a inclusão de parte da população miserável no processo produtivo. Só assim, resolveria essa questão. Para ele, em uma visão que há um século depois foi compartilhada por Keynes, a ociosidade da força de trabalho era um desperdício, principalmente para a parcela mais pobre da população e em épocas de crise econômica.

Segundo Heilbroner (1997), Owen:

acreditava que os pobres podiam tornar-se produtores de riqueza se tivessem chance de trabalhar e que seus hábitos sociais deploráveis podiam se transformar facilmente em hábitos virtuosos sob a influência de um ambiente decente. E não eram apenas os pobres que precisavam ser elevados. As Aldeias de Cooperação seriam tão manifestamente superiores ao tumulto da vida industrial que outras comunidades iriam segui-las de maneira natural. (p. 108).

No entanto, sua proposta não foi bem aceita entre os capitalistas da época, que viam em suas idéias um grave perigo para a ordem estabelecida. Mesmo sem apoio financeiro, Owen não desistiu de seu ideal. Vendeu “as propriedades que tinha em Nova Lanark e, em 1824, se dispôs a construir sua própria comunidade do futuro” (Heilbroner, 1997: 108). Acabou se estabelecendo no estado americano da Indiana, em uma comunidade denominada New Harmony.

A falta de planejamento, somada às fraudes cometidas por seu sócio, impediu o desenvolvimento de sua comunidade cooperativa. Owen, então, voltou para a Inglaterra em 1829, após a constatação final do fracasso de seu

empreendimento. Mas seu esforço foi suficiente para germinar o ideal de cooperativismo pela Europa.

A primeira cooperativa aos moldes das idéias de Owen foi criada por George Mudie, em conjunto com um grupo de jornalistas e gráficos em Londres, que propôs a formação de uma comunidade para juntos viverem dos ganhos de suas atividades profissionais. Em 1821 publicaram o primeiro jornal cooperativo, denominado *The Economist* (Singer, 2002).

2.1.2. O cooperativismo como organização econômica: de Rochdale ao pensamento moderno

A primeira cooperativa organizada aos moldes modernos foi constituída em dezembro de 1844, no bairro de Rochdale, em Manchester, na Inglaterra, alguns anos após as primeiras tentativas de Owen. Foi a primeira cooperativa de consumo do mundo, formada por vinte e oito operários tecelões, registrados na história como os "pioneiros do cooperativismo" (Singer, 2002). Na verdade, esse pioneirismo é tido mais como um consenso entre os estudiosos do cooperativismo do que um fato concreto, já que vários estudos relatam outras experiências cooperativistas organizadas anteriormente a Rochdale (Barcelos, 2000).

Após sua criação, o modelo cooperativista de Rochdale ganhou notoriedade entre os adeptos desta corrente de pensamento. A cooperativa visava oferecer a seus associados artigos de primeira necessidade e outros serviços de ordem econômico-social, mas os operários de Rochdale não se limitaram apenas à constituição da cooperativa. Elaboraram, conjuntamente, um corpo de idéias e

regras gerais, regulamentando o seu funcionamento com base em princípios morais de conduta, justificando, assim, a iniciativa. Os princípios adotados para a regulação de suas atividades são até hoje, salvo algumas modificações, conhecidos como princípios universais do cooperativismo. São eles:

1. Haveria democracia na sociedade; para cada um sócio, um voto;
2. A sociedade seria aberta para quem quisesse participar, desde que integrasse a cota de capital mínima igual para todos;
3. Qualquer dinheiro investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juro, mas não daria a seu possuidor qualquer direito adicional de decisão;
4. Tudo que sobrasse da receita, deduzidas todas as despesas, inclusive o juro, seria distribuído entre os sócios em proporção às compras que fizessem na cooperativa;
5. Todas as vendas seriam a vista, para que os associados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias;
6. Os produtos vendidos seriam sempre puros e de qualidade;
7. A sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo;
8. A sociedade seria neutra política e religiosamente (Singer, 2002: p. 39).

Os Pioneiros foram também responsáveis pela constituição de uma cooperativa de produção (tecelagem e fiação), a Rochdale Cooperative Manufacturing Society (Sociedade Cooperativa Manufatureira de Rochdale), em 1859. Singer (2002) admite que:

O desdobramento de cooperativas de consumo em cooperativas de produção era um propósito central dos Pioneiros e de outras sociedades com o mesmo lastro ideológico, [já que] o grande objetivo da Sociedade

dos Pioneiros era constituir uma colônia comunista, em que grande parte das necessidades de consumo seriam satisfeitas com o trabalho dos membros (p. 45).

O grande êxito alcançado pela cooperativa de Rochdale alavancou uma incrível expansão do cooperativismo na Inglaterra. “Em 1881, o número de associados a cooperativas chegava a 547 mil e, em 1900, já eram 1,707 milhão” (Cançado, 2004: p. 30).

O cooperativismo evoluiu de forma extraordinária na Europa, durante as décadas finais do século XIX. Contudo, à medida que esses empreendimentos se desenvolviam, mais eles buscavam uma capitalização maior para competir com as demais empresas no mercado, abandonando seus princípios cooperativistas e em nada se diferenciando de outras empresas.

Com aumento do seu tamanho e da respectiva movimentação financeira, no final do século XIX, as grandes cooperativas de consumo passaram a recusar a autogestão plena (característica marcante das primeiras cooperativas) e passaram a contratar funcionários para atividades menos qualificadas, reproduzindo, guardadas as devidas proporções, a lógica de exploração do trabalho que as primeiras cooperativas combatiam. Posteriormente, esta prática foi adotada nas grandes cooperativas agrícolas da Europa e América do Norte e, finalmente, se torna uma prática comum (Cançado, 2004: p. 31).

Os princípios cooperativistas, criados a partir da iniciativa dos Pioneiros de Rochdale, sofreram modificações ao longo do tempo, as quais ocorreram a partir da criação da Aliança Cooperativista Internacional (ACI), em 1895, por lideranças cooperativistas inglesas, francesas e alemãs. As modificações mais significativas ocorreram nos Congressos da ACI em 1937, 1966 e 1995, como podem ser verificadas a seguir:

Tabela 1. Princípios Cooperativistas e Mudanças da ACI.

1937	1966	1995
1.Adesão livre.	1.Adesão livre.	1.Adesão livre e voluntária

2.Gestão Democrática.	2.Gestão Democrática.	2.Controle Democrático pelos sócios.
3.Retorno "pro-rata" das operações.	3.Distribuição das sobras: - ao desenvolvimento da cooperativa; - aos associados "pro-rata" das operações.	3.Participação econômica dos sócios.
4.Juro limitado ao capital investido.	4.Taxa limitada de juros ao capital social.	4.Autonomia e independência.
5.Vendas a dinheiro.	5.Constituição de um fundo para a educação dos associados.	5.Educação, formação e informação.
6.Desenvolvimento da educação em todos os níveis.	6.Ativa cooperação entre as cooperativas, em âmbito local, nacional e internacional.	6.Cooperação entre cooperativas.
7.Neutralidade política, religiosa e racial.		7.Preocupação com a comunidade.

O cooperativismo é atualmente entendido como um sistema de organização sócio-econômica que traz em sua essência novas formas de produção e consumo, em contraste com a economia clássica que se baseia no espírito do lucro, no controle da relação capital/trabalho e na livre concorrência. Nele convergem indivíduos de diversos extratos sociais em um pensamento único de melhoria econômica e social, sem distinção de crenças religiosas, políticas ou raciais. As empresas cooperativas solidarizam interesses individuais no interesse da coletividade, onde as sobras são distribuídas diretamente aos produtores e aos consumidores livremente associados.

De acordo com a Aliança Cooperativista Internacional, as cooperativas são conceituadas como uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. Já a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

define a cooperativa como uma sociedade de pessoas, de natureza civil, unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns e cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades.

Luz Filho (1958) classificou também as cooperativas como instituições sociais que são definidas de acordo com seu fim e seu meio empregado para conseguí-lo, onde:

O fim é, segundo o objeto da cooperativa, o de proporcionar aos interessados a maior economia possível na aquisição ou de adquirir as coisas de que necessitam, bem como o de obter a maior remuneração para seu trabalho. O meio é a união entre as pessoas desejosas de procurar a mesma vantagem e a formação de uma empresa comum com um capital proveniente das contribuições de todos os associados. Para alcançar o fim com este meio, os excedentes sociais se repartem entre os compradores, os devedores e os produtores, segundo os casos, pela quota da cifra total de suas operações ou da importância de seu trabalho com a organização, depois de separadas as somas destinadas às reservas e aos serviços previstos pelos estatutos para a extensão da cooperação (desenvolvimento da empresa, propaganda, etc.). Esta definição faz reesaltar, como convém, a subordinação em que deve estar o capital em relação à pessoa (p. 45).

As cooperativas dispõem de diversos meios de difusão dos ideais de cooperação e solidariedade, imprescindíveis para seu desenvolvimento sócio-econômico. São veículos de educação cooperativista utilizados mundialmente, tais como: cursos intensivos e extensivos, estudos e discussões em grupo, demonstrações através de métodos audiovisuais, além também de meios tradicionais (mas não menos importante) como folhetos, revistas e jornais especializados.

As cooperativas concretizam-se então em empresas coletivas sobre a base da igualdade dos direitos e responsabilidades, assegurando, pela prática do

auxílio mútuo, a independência econômica de seus associados, além de reservar somas pré-estabelecidas (em estatuto) aos fundos sociais indivisíveis exigidos por lei. Os resultados econômicos desses empreendimentos são, por fim, distribuídas proporcionalmente à participação dos sócios em suas operações.

2.1.3. A trajetória do cooperativismo no Brasil

No Brasil, o desenvolvimento do cooperativismo como atividade econômica só começou a se formar a partir da década de 1930. Até esta data, Culti (2002) enumera apenas algumas iniciativas de destaque:

No Brasil foram fundadas as primeiras cooperativas por volta de 1887, como a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas (SP) e a Sociedade Econômica Cooperativa dos funcionários Públicos de Minas Gerais. Em Limeira (SP), em 1899, foi criada a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica e, no Rio de Janeiro (RJ) em 1894, a Cooperativa Militar de Consumo e também em 1895, a de Camaragibe (PE). Em 1902, em Nova Petrópolis (RS), surge a primeira cooperativa de crédito fundada por produtores de vinho e, no mesmo estado em 1906, a primeira cooperativa agropecuária. De 1913 a 1929, outras cooperativas continuaram a aparecer, dentre elas, em 1913 surgiu no Rio de Janeiro, a Cooperativa dos Empregados e Operários da Fábrica de Tecidos da Gávea e, em Santa Maria (RS) foi fundada a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea (Coopfer). Em 1917, os ferroviários fundaram cooperativas de consumo (p. 5).

A promulgação do Decreto 22.239 de 1932 foi um fator de grande incentivo do Estado Novo de Getúlio para o surgimento de inúmeras cooperativas no Brasil. Com o Decreto, as cooperativas tinham seu funcionamento regulamentado e ficavam isentas de uma série de impostos. Entretanto, como afirmou Veiga (2002):

Esse decreto foi revogado em 1934, sendo restabelecido em 1938. Em 1943, foi novamente revogado, para ressurgir em 1945, permanecendo em

vigor até 1966. Apesar de todos os transtornos, foi uma fase de muita liberdade para a formação e funcionamento de cooperativas, inclusive com incentivos fiscais (p. 29).

Em 1951 é criado o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), como parte dos vários incentivos materiais e fiscais destinados às cooperativas. O BNCC foi extinto durante o governo do Presidente Collor.

Durante a década de 1960, três fatores afetaram negativamente as cooperativas de consumo, a saber: a entrada dos grandes supermercados, a volta da cobrança do ICMS e supressão de outras isenções tributárias, e a inflação. De acordo com Veiga (2002: p. 28), essas cooperativas sentiram tanto o impacto que “das 2.240 cooperativas de consumo cadastradas até 1960, só sobreviveram 292” em 1984. Já no tocante às cooperativas de crédito, muitas delas fecharam em 1966, com a reforma bancária do governo militar.

Em dezembro de 1971 é instituído o Decreto-Lei 5.764, que regulamenta até hoje as atividades das cooperativas brasileiras. A partir de então, surgiram nos centros urbanos, várias categorias de cooperativas para atender às múltiplas necessidades da população. As cooperativas de trabalho, especialmente, multiplicaram-se com intensidade significativa em atividades bem diversificadas, gerando emprego ou reunindo grupos de profissionais, desde técnicos altamente especializados até mão-de-obra semiqualficada. Outros ramos importantes de cooperativismo que foram surgindo são: as cooperativas de economia e crédito mútuo, as cooperativas de crédito rural, as cooperativas de eletrificação e telefonia rural, as cooperativas habitacionais, etc. A Constituição Federal de 1988 vetou a participação do estado nas cooperativas.

2.2. Economia Solidária: conceito e contextualização

Santos (2002), em seu estudo sobre os caminhos da produção não capitalista, coloca primeiramente três características negativas à organização econômica capitalista, sendo: 1) o capitalismo sistematicamente produz desigualdades de recursos e poder; 2) as relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista produzem formas de sociabilidade empobrecidas, reduzidas ao intercâmbio, baseadas no benefício social em lugar da solidariedade; e 3) a exploração crescente dos recursos naturais em nível global põe em perigo as condições físicas na terra, tendendo a esgotar os recursos necessários a sua própria reprodução. Partindo dessa realidade, o autor afirmou que:

[Ao] avaliar o potencial emancipatório das propostas e experiências econômicas não capitalistas que têm sido feitas por todo o mundo deve ter em conta que, face ao seu caráter anti-sistêmico, essas experiências e propostas são frágeis e incipientes. Por esta razão, [analisou-se] as alternativas a partir de uma perspectiva que se pode chamar de “hermenêutica das emergências”, ou seja, uma perspectiva que interpreta de maneira abrangente a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas. Esta perspectiva amplia e desenvolve as características emancipatórias dessas alternativas para as tornar mais visíveis e credíveis (p.26).

Para o mesmo autor, nenhuma das alternativas existentes apresenta propostas viáveis e sistêmicas de oposição ao capitalismo, o que ainda às torna refém das relações de mercado interno e externo, direta ou indiretamente. Contudo, essas propostas podem configurar-se em alternativas que abram as portas para transformações graduais na estrutura social e criem “enclaves de solidariedade no seio do capitalismo” (p. 30).

É sobre essa configuração que a economia solidária emerge como uma nova proposta de organização não capitalista do trabalho e da produção em busca de uma sociedade sustentável. Em suas várias iniciativas, apresenta um projeto que visa promover os valores humanos por meio de empreendimentos coletivos e comunitários. Tenta-se firmar como instrumento de combate à exclusão social com base na participação de todos os atores sociais envolvidos, tanto públicos como particulares.

Bertucci (2005) conceitua a economia solidária como sendo: uma associação coletiva (formal ou informal) onde há socialização dos meios de produção; as decisões técnicas e gerenciais são tomadas de forma coletiva (autogestionária) pelos atores envolvidos; não é uma associação a serviço somente dos seus sócios, mas de toda a comunidade.

De acordo com Singer (2000), o programa da economia solidária surge em resposta às contradições do sistema capitalista e às imperfeições de mercado, onde uma parcela da população que se encontra excluída do mercado de trabalho busca sua sobrevivência. A produção é organizada na forma de associação ou cooperativa, cujos princípios são:

posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperados não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado sobras) também por critérios acertados entre todos os cooperadores (p. 13).

Sua construção, ainda em Singer (2000), tem sido uma das principais formas de luta contra o capitalismo, e seus projetos vêm sendo postos em prática

em vários países, há dois séculos. Alguns dos resultados históricos que estão sendo alcançados podem ser sintetizados do seguinte modo: 1) homens e mulheres, vitimados pelo capital, organizaram-se como produtores associados, tendo em vista não só ganhar a vida, mas reintegrar-se à divisão social do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas; 2) pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, associam-se para comprar e vender em conjunto, visando obter economias de escala, e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada, de propriedade deles; 3) assalariados associam-se para adquirir, em conjunto, bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida; 4) pequenos produtores e assalariados associam-se para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes possibilitem obter empréstimos a juros baixos e, eventualmente, financiar empreendimentos; 5) esses indivíduos criam também associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação etc (Singer, 2000: p. 14).

Os pontos norteadores ao seu desenvolvimento, discutidos inclusive entre todos os movimentos sociais presentes no Fórum Social Brasileiro de 2003 são:

- A valorização social do trabalho humano;
- A satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica;
- O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade;
- A busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza;

- Os valores da cooperação e da solidariedade.

Deve-se ressaltar que esse novo paradigma de organização popular toma o Estado como apoio sem manter uma relação de dependência total, afastando-se “tanto do modelo neoliberal, que é o modelo da liberdade pura do capital e do privatismo, quanto do modelo estadista, onde o Estado seria o principal sujeito” (Arruda, 2003).

Entre os inúmeros exemplos de iniciativas solidárias de sucesso no mundo, pode-se citar duas. Uma delas é a dos *Kibutzim*, em Israel. São cooperativas de produção e consumo, nas quais homens e mulheres trabalham em igualdade e todos recebem segundo suas necessidades. Outro exemplo, talvez a maior experiência de socialismo autogestionário do mundo até hoje, é o Complexo Cooperativo de Mondragon, ao norte da Espanha. Conta com um conjunto de mais de cem cooperativas e mais de cinquenta mil postos de trabalho, além de um banco, a Caja Laboral Popular, um hospital e uma universidade, a Escola Politécnica e Profissional².

No Brasil, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) apresentam um papel de grande importância no fomento da economia solidária. A primeira ITCP constituída foi na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1996, com o objetivo de utilizar os recursos humanos e conhecimentos da universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para construção de atividades autogestionárias, visando a inclusão

² Mais informações em Singer (2000 e 2002), Santos (2002) e CONCRAB (2001)

destes no mercado de trabalho. Essa novidade estende-se num sistema complexo de parcerias e articula-se em alianças com outros atores sociais.

As ITCP's utilizam-se da extensão universitária na busca de alternativas ao desemprego e à exclusão social. Seu impacto nacional traz novos elementos para um debate no campo das políticas públicas e das práticas e conflitos relacionados com o futuro do trabalho e com a redistribuição de renda, o que acarretou o desenvolvimento e a difusão em outras unidades universitárias, mediante a criação de outras incubadoras. Atualmente, existem 18 incubadoras que compõem a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, distribuídas nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Em 1994, durante o I Encontro Nacional de Trabalhadores em Empresa de Autogestão, foi constituída a ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogestionárias, uma instituição de extrema importância no fomento das idéias de autogestão e cooperativismo no Brasil. A ANTEAG originou-se do movimento sindical e acabou transformando-se numa organização de apoio aos trabalhadores empenhados na conversão de empresas capitalistas em solidárias (Santos, 2002: p. 92).

Ao analisar sobre o desencadeamento das ações da ANTEAG, Nakano (2000) afirmou que:

Num processo de aproximações e distanciamentos de inúmeros outros atores, [a ANTEAG] produziu sua identidade marcada pela autogestão e trouxe à tona algumas questões, dentre outras, relativas: à importância da ousadia de experimentar, de viver o não vivido de maneira autônoma; ao novo papel e à nova identidade que sindicatos e partidos têm que assumir para darem conta da representação dos atores de novas formas de agir no mundo do trabalho, marcadas pela autonomia e questionamento de relações de assalariamento; dos desafios postos para produzir um modelo autogestionário de uma empresa, de aprender a operar em rede, de mudar

a cultura técnica predominante, de articular a produção de uma nova legislação, de apontar para a necessidade de produção dos novos conhecimentos e tecnologias (p. 64).

No cenário atual, os empreendimentos de economia solidária no Brasil se organizam das mais variadas formas, como associações informais ou grupos de produção, de caráter seguidamente familiar e comunitário ou, ainda, caracterizando um verdadeiro “polimorfismo”, como afirma Gaiger (2005: p. 4). Para esse autor tais empreendimentos apresentam a vantagem de desenvolverem tanto o sentido empresarial, na busca de obter resultados positivos por meio de uma ação planejada e pela otimização dos fatores produtivos, humanos e materiais, quanto o sentido solidário, através da cooperação entre os associados e a utilização coletiva dos recursos disponíveis em benefício de todo o grupo. O caráter solidário é o principal fator de diferenciação desses empreendimentos em relação às demais empresas capitalistas, que se baseiam na posse privada dos meios de produção (bens de capital) e organização assalariada do trabalho.

Em contraposição à economia do capital, em que o fruto do trabalho e o produtor direto estão apartados, a economia popular solidária estaria a caminho de constituir-se numa economia do trabalho [...] Os empreendimentos solidários buscam fazer da cooperação uma alavanca que sustente o seu desempenho e os qualifique como agentes, a título pleno, da economia contemporânea. Preocupam-se com a eficiência e com a realização de benefícios que garantam a sua viabilidade financeira. Almejam ultrapassar o nível de subsistência e manejar estratégias de crescimento (Gaiger, 2005: p. 5).

Taulie (2002) caracteriza como empreendimentos solidários àqueles que partem da iniciativa coletiva de produção, apresentam certo grau de democracia interna e valorizam o trabalho humano em detrimento do capital, tanto no campo como na cidade. A autogestão é visualizada como um instrumento de gestão

coletiva a ser perseguido, no objetivo de viabilizar alternativas ao trabalho precário, encontrado tanto por pequenos grupos quanto pelo conjunto de trabalhadores de uma fábrica de médio ou grande porte.

As dificuldades iniciais encontradas pelos empreendimentos também são analisadas por Taulie (2002), que classifica as principais como sendo: reduzido grau de escolaridade e falta de instrução formal dos associados, principalmente para os cargos de direção, estrutura de capital deficiente e necessidade de capital de giro. Em um mercado competitivo, essas dificuldades configuram-se em entraves que dificultam a sobrevivência do empreendimento, pois, como o próprio autor argumenta:

Se o agente econômico quer funcionar neste ambiente, há que levar em consideração padrões socialmente necessários de produção e outros socialmente aceitos de demanda, que têm que ser atendidos e respeitados minimamente para garantir ao menos a sobrevivência do empreendimento. Assim sendo, é preciso atender o mercado em termos da especificação do que é demandado, em quantidade suficiente, preço competitivo e qualidade assegurada, bem como diversificação do produto, serviços pós-venda, etc. Além disso é preciso dispor também de outras capacidades e competências econômicas indiretas à produção, tais como sistemas de financiamento ao produtor e crédito ao consumidor, entre outros (p. 6).

Apesar de todas essas dificuldades, os mesmos empreendimentos apresentam como fator positivo de competitividade a motivação dos trabalhadores que os compõem, por serem proprietários e participarem dos momentos de decisão importante. A associação desses agentes na forma de redes de comercialização, configurando diversas cadeias produtivas, como um conjunto agregado, podem inclusive proporcioná-los ganhos de escala e torná-los mais eficazes economicamente. Com essa articulação, aumentam-se as chances de sobrevivência ou até mesmo de sucesso nos mercados capitalistas (Taulie, 2002).

2.3. Os Empreendimentos de Economia Solidária e seus impasses

Diferentemente das empresas capitalistas, onde a separação entre capital e trabalho faz surgir duas classes distintas de interesse, nas cooperativas de economia solidária se unem tanto os agentes da organização quanto os seus beneficiários, o que impede a oposição de interesses entre os associados. Outra diferença está nas vantagens econômicas que os associados obtêm, por estas não serem distribuídas na proporção do capital investido, como nas sociedades por ações, e sim proporcionalmente ao seu consumo (no caso de uma cooperativa de consumo) ou ao seu trabalho (na de produção).

Entretanto, nem todas as cooperativas podem ser classificadas como empreendimento de economia solidária, mesmo que diante da Legislação Cooperativista Brasileira não exista distinção entre elas. Oliveira (2003) compreende a existência de três correntes distintas no que se refere à compreensão do cooperativismo. Uma delas seria a defendida por grande parte dos representantes da Aliança Cooperativista Internacional, no qual o cooperativismo é visto como “um fim em si”. A outra utiliza-se do cooperativismo para “reforçar os princípios liberais”, e é liderada por representantes das grandes Cooperativas Agropecuárias brasileiras. Por último, existe a concepção de que o cooperativismo é um instrumento de construção de alternativas econômicas para um contingente excluído do mercado formal de trabalho, buscando o desenvolvimento local e solidário.

A essa última variante aproxima-se o chamado cooperativismo popular, [...] que se pressupõe aproximar-se dos princípios fundamentais da cooperação, da prática da autogestão e da busca da composição de alianças estratégicas contra a pobreza e a exclusão social. Bem como, trata-se de um tipo de cooperativismo que se pressupõe aproximar de uma certa articulação com os movimentos de lutas pelo exercício fundamental da cidadania (Oliveira, 2003: p. 63).

Somando-se também a questão da posse coletiva dos meios de produção, diferentemente do modo de concessão, torna-se interessante a conceitualização sucinta de cooperativas populares utilizada por Cançado (2004: p. 44): “organizações autogestionárias de grupos populares, onde a propriedade dos meios de produção é coletiva, integrando três dimensões: econômica, social e política”.

Para Oliveira (2005), o modo de produção exercido pelas cooperativas populares apresenta-se como a forma mais evoluída da economia solidária. Tais cooperativas configuram-se como uma via de geração de renda ou complementação da renda familiar para trabalhadores desempregados ou em situação precária de trabalho. Nela o conceito chave é a cooperação, pois agrega os valores de colaboração e ajuda mútua.

Essa cooperação é compreendida como algo que privilegia a autogestão dos negócios e a distribuição coletiva dos resultados da produção também coletiva, exercitada pelos membros das cooperativas populares. Neste sentido, o cooperativismo popular se apresenta como um dos campos onde se pode constatar a formação, construção e o desenvolvimento de capital social, principalmente se este se apresenta como cimento das redes que são articuladas pelas mais variadas experiências de buscas da minimização da exclusão social e falta de trabalho, cujo desenvolvimento tem reforçado a sedimentação da economia solidária no Brasil (p. 4).

Ao sintetizar sua revisão bibliográfica a respeito da discussão sobre as interpretações do termo capital social, o autor diz:

Assim sendo, é interessante considerar que vários economistas e, sobretudo, sociólogos passaram a se referirem a capital social de modo mais acintoso, desde que Thorstein Veblen, em 1899, sugeriu que o conceito de capital social se poderia atribuir para designar o conjunto de atributos que a 'classe ociosa' estadunidense usava para manter seu domínio sobre outras classes; que desde quando Lydia Judson Hanifan, em 1920, que considerou que capital social poderia ser um conjunto de vantagens como bem-estar, companheirismo, simpatia e intercâmbio social que determinadas pessoas tinham em suas vidas individuais ou em famílias para buscar uma unidade social; que desde quando Glenn Loury, em 1977, afirmou que capital social servia para indicar as redes de relações familiares e sociais que podem aumentar o capital humano; que desde quando Pierre Bourdieu, em 1980, fazendo uma distinção entre capital econômico e capital cultural, sugeriu que existe um capital social que, para ele, significa uma rede de relações pessoais diretamente utilizada pelos indivíduos para buscar seus fins, ou melhorar sua posição social; que desde quando Mark Granovetter, em 1985, sugeriu que determinados recursos sociais eram utilizados por determinadas organizações para melhorar suas atividades produtivas; e que desde quando Oliver Williamson, em 1975, sugeriu que se poderia subtrair custos de transação nas atividades econômicas desde que fossem aproveitadas determinadas características das quais determinados grupos sociais possuem, por exemplo, a confiança e a reciprocidade (p. 11).

Oliveira aponta a importância das cooperativas populares na multiplicação do capital social entendido, portanto, como o conjunto de normas que promovem a confiança, a ajuda mútua, a cooperação e a solidariedade entre as pessoas da comunidade. Esses recursos, apesar de abstratos, se concretizam na construção das estratégias de ação, e são reproduzidos a cada nova ação conjunta.

2.4. A Autogestão na organização do trabalho

Na predominância das relações capitalistas de produção (propriedade privada dos meios de produção e trabalho assalariado), a "heterogestão" apresenta-se como modelo hegemônico entre as organizações econômicas. Por

heterogestão entende-se como sendo “um modo de gestão no qual existe a separação entre concepção e execução do trabalho, ou seja, existe hierarquia na organização do trabalho, à medida que um grupo se encarrega de conceber e o outro de realizar” (Cançado, 2004: p. 26).

O autor acima citado tenta demonstrar as várias relações hierarquizadas de poder nas quais o ser humano se vê envolvido. Quanto à organização do trabalho, objeto deste tópico, Cançado (2004) afirmou ainda que:

[...] há uma tendência a aceitar o trabalho hierarquizado (heterogestão) como a situação normal em relação ao trabalho, pressupondo que sempre há quem manda (o patrão) e quem obedece (o empregado). E, ainda, quando o trabalhador pretende sair desta condição, ele o faz, geralmente, de maneira individual, através do trabalho autônomo, ou da criação de empreendimentos em que ele (ou alguns sócios) passa(m) a ser o patrão, reproduzindo o modelo heterogestionário (p. 18).

O que se pode notar no atual mundo do trabalho é que o agravamento da problemática do desemprego a um nível global fez emergir discussões sobre novos modelos de organização do trabalho e produção, sob a ótica da economia solidária. Essas discussões surgem principalmente no centro dos movimentos sociais, que se colocam como elementos de resistência à ortodoxia econômica defendida pelos grandes organismos financeiros.

A partir de então, ganham notoriedade as experiências e os estudos sobre a viabilidade da autogestão como proposta de gestão empresarial, na qual as definições das relações internas de trabalho e os processos de decisões são debatidos democraticamente entre os trabalhadores, sendo todos eles estimulados a participar de alguma forma desses espaços de base coletiva.

Cançado chegou ao seguinte conceito de autogestão: “um modo de organização do trabalho, onde não há separação entre concepção e execução do

trabalho e os meios de produção são coletivos”. Soma-se também a esse conceito a idéia de uma “educação trabalhista” continuada que propicie aos empreendimentos autogestionários sua efetivação no campo econômico e o fortalecimento das relações de cooperação entre os trabalhadores (2004: p. 51).

Uma outra definição semelhante para autogestão encontra-se em Albuquerque (2002), como sendo um:

[...] exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais (p. 20).

No tocante à tomada de ação por parte da organização coletiva dos atores, Albuquerque (2002) faz referência a quatro dimensões que merecem reflexão, sendo elas: social, econômica, política e técnica. No que tange à questão social, uma organização de cunho autogestionário deve proporcionar “ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos e grupos que dela dependem”. Sobre o caráter econômico, estas organizações são caracterizadas pela valorização privilegiada do trabalho em relação ao capital. Sobre a dimensão política, esta fundamenta-se na construção de um processo coletivo na tomada de decisões, que passe pelo “poder compartilhado” e garanta o respeito às diferenças existentes entre os diversos atores sociais dentro da organização. Por fim, a dimensão técnica “insinua a possibilidade de uma outra forma de organização e de divisão do trabalho”, estimulando o desenvolvimento de novas tecnologias sociais (p. 20-21)

De acordo com Cançado (2004), a idéia de autogestão não é nova. Ela (re)surge para a sociedade como um “novo-velho” modelo de organização do trabalho. Parte do princípio da ação direta à gestão dos meios de produção e

organização econômica, ou seja, estabelece o controle direto da economia pelos principais sujeitos ativos do processo produtivo, no caso, os próprios trabalhadores. Eles devem ter capacidade e poder de decisão sobre tudo aquilo que acontece na empresa: metas de produção, política de investimentos e modernização, política de pessoal, etc.

As visões sobre o tema da autogestão são diversas, o que dificulta a formalização de modelos para as organizações autogestionárias. Na tabela 2 encontra-se uma proposta geral para um modelo de análise dessas organizações a partir de estudos realizados em organizações coletivistas.

Tabela 2 - Características de Organizações Autogestionárias.

Dimensões	Características de Organizações Autogestionárias
1. Autoridade	1.a. A autoridade reside na coletividade como um todo; só chega a ser delegada temporariamente e está sujeita a ser cassada. Presta-se obediência ao consenso da coletividade, que é sempre fluido e aberto às negociações. A tomada de decisão é coletiva e descentralizada, ocorrendo a participação direta dos trabalhadores nas decisões. 1.b. Deve haver rodízio entre os componentes do conselho que deve ser eleito em assembléia.
2. Normas	2.a. Normas estipuladas mínimas, primazia das decisões <i>ad hoc</i> , individualizadas; alguma previsibilidade é possível com base no conhecimento da ética substantiva envolvida na situação. 2.b. Normas são definidas pelo grupo.
3. Controle social	3. Os controles sociais baseiam-se primariamente em atrativos personalísticos ou moralistas e na seleção de pessoal homogêneo.
4. Relações sociais	4. Ideal da comunidade. As relações devem ser holistas, pessoais e valiosas em si mesmas. Os conflitos devem ser solucionados com base em soluções integradoras que todos ganham.
5. Recrutamento e promoção	5.a. Emprego baseado em amigos, valores sócio-políticos, atributos de personalidade e conhecimento e aptidões informalmente avaliados. 5.b. O conceito de promoção na carreira não é significativo; não há hierarquia de posições.
6. Estrutura de incentivos	6. Os incentivos normativos e de solidariedade são primordiais; os incentivos materiais são secundários.
7. Estratificação	7. Igualitária; os diferenciais de recompensa não devem existir, mas se existirem, devem ser estritamente limitados pela coletividade.
8. Diferenciação	8.a. Divisão mínima do trabalho; a administração se combina com as tarefas de execução, divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual não deve existir (pelo menos deve ser reduzida). 8.b. Generalização dos cargos e funções; papéis holistas. Desmistificação da especialização; ideal do <i>factotum</i> amador.
9. Educação	9. Preocupa-se com o desenvolvimento intelectual e incentiva o desenvolvimento de talentos de forma que propicie a auto-emancipação.
10. Atuação social	10. Presença de grupos de estudo sobre a atuação da classe trabalhadora no país e fora dele. Atuação forte por meio dos trabalhadores junto à sociedade; preocupação com a coletividade.
11. Reflexão sobre a organização	11. As reflexões dos membros contemplam a sua atuação com base nos princípios de igualdade e de valores emancipatórios da organização.
12. Comunicação e dimensão simbólica	12. Reuniões ou assembléias são práticas comuns para disseminar informação. Existe uma preocupação constante com a disseminação das informações para todos os membros. Os símbolos observados na organização, forma de vestir, forma como se comportam, são coerentes com os valores e princípios do grupo.

Fonte: Dorneles (2005).

2.7. A autogestão funcional

As principais críticas à autogestão são relativas à dificuldade em se estabelecer canais de comunicação para tomada de decisões. Em uma empresa autogestionária, todas as informações relevantes estão sempre disponíveis a todos que se interessem. Paul Singer (2000), ao referir-se a essa questão, escreveu o seguinte:

Sendo as decisões coletivas, a experiência de todos os sócios pode ser mobilizada, e esta será sempre muito maior que a experiência duma cúpula, que na empresa capitalista concentra o poder de decisão. Por isso, as decisões coletivas em empresas solidárias tendem a ser mais certas do que as adotadas em empresas capitalistas comparáveis. Esta vantagem, no entanto, tem um custo: decidir coletivamente leva mais tempo, pois é preciso ouvir a manifestação de todos ou ao menos dos que querem participar. Decisões de grande alcance podem suportar este custo, outras, não (p. 9).

Um acontecimento que pode ser comum em cooperativas e empresas autogestionárias é a existência de uma “autogestão funcional”, diagnosticada por Cançado (2004) em seu trabalho junto à Cooperativa Juvenil de Serviços Turísticos de São Bartolomeu – BA (COOPERTUR).

A autogestão funcional consiste em centralizar, por efeitos da inércia participativa, as decisões em um grupo de cooperados, que decide sem a legitimidade da decisão coletiva, mas precisa fazê-lo, pois a cooperativa deve tomar decisões para que seus processos funcionem (p. 109).

O autor chega a essa afirmação após analisar os “níveis de consciência” dos associados, baseados na obra de Paulo Freire, e diz que a autogestão só é possível de ser assimilada quando esses associados atingem o nível de consciência “crítica”, último dos três níveis propostos. Relata também uma certa “inércia participativa” dos demais associados em relação a sua participação direta

na organização, mesmo com a existência de todos os espaços e instrumentos de participação (reuniões, assembleias e núcleos de educação).

Com o problema da autogestão funcional, o desenvolvimento de uma autogestão plena no empreendimento se vê prejudicada, pois necessita de uma participação efetiva e o comprometimento de todos os associados nas tomadas de decisões. Do contrário, a cooperativa pode até mesmo aproximar-se do modelo hierarquizado de heterogestão.

Entretanto, Cançado conclui que a autogestão funcional, apesar de ser um momento delicado que pode até mesmo inviabilizar o processo autogestionário, pode também ser a primeira etapa na construção de uma autogestão ideal na medida em que, com o tempo, os associados vão se dando conta de sua participação no desenvolvimento de seu próprio empreendimento, aproximando-os de um nível de consciência crítica da realidade que os circunda.

3. METODOLOGIA

Este trabalho desenvolveu-se através da conjugação da análise teórica junto à pesquisa de campo, com a aplicação de questionários, entrevistas, discussão e levantamento dos principais problemas abordados.

Deve se ressaltar primeiramente que a pesquisa abrangeu a micro-região da Zona da Mata Norte, composta por 18 municípios, que tem Viçosa como município base.

A pesquisa de campo foi realizada por meio de dados primários coletados a partir da observação direta e aplicação de questionários junto aos representantes (trabalhadores e familiares) dos empreendimentos de economia solidária (EES). A aplicação dos questionários ocorreu durante a realização do Mapeamento da Economia Popular Solidária em Minas Gerais, projeto no qual é de responsabilidade da SENAES/MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária

do Ministério de Trabalho e Emprego – com uma equipe própria. Os EES pesquisados foram listados pelas principais instituições de fomento à economia solidária em Viçosa, que são: Centro de Tecnologia Alternativa de Viçosa (CTA), Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UFV) e Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural (EMATER).

Foram realizadas 20 entrevistas pela equipe do Mapeamento de Economia Solidária em EES da região em estudo. Os 20 EES estão localizados em seis cidades diferentes, a saber: Viçosa, Ponte Nova, Paula Cândido, Coimbra, Senhora de Oliveira e Guaraciaba. Os dados das entrevistas foram transportados do questionário maior usado pela SENAES/MTE para os objetivos do Mapeamento, para o modelo proposto por Bertuchi (2005), simplificado e adaptado para os fins desta pesquisa (ver anexo).

As questões formuladas oferecem, de acordo com Bertuchi (2005), uma percepção interessante sobre três dimensões:

- Primeiro, busca-se obter as informações mais gerais (além da identificação do empreendimento) sobre a forma de organização, a quantidade de participantes e o tipo de atividades desenvolvidas;
- Em seguida são formuladas questões aos grupos sobre a dimensão econômica, como as formas de captação de recursos, os investimentos realizados, o nível de renda possibilitado e as formas de comercialização e inserção no mercado;
- Por fim, o último grupo de questões aborda o aspecto da (auto)gestão e da articulação sócio-política do empreendimento, verificando por exemplo, como se dá o processo de tomada de decisões e de que forma o empreendimento atua em benefício da comunidade em que se localiza (Bertuchi, 2005: p. 70).

É importante salientar que, neste trabalho, os EES foram caracterizados como tal de acordo com a definição usada pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Com base neste sistema, os EES são organizações:

- Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes ou sócios (as) dos meios urbano e rural que exercem a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados.
- Permanentes e não práticas eventuais, incluindo tanto os empreendimentos que se encontram implantados, em atividade, e aqueles que estão em processo de implantação.
- Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.
- Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário (SIES/SENAES, 2005: p. 2-3).

Os dados secundários foram pesquisados através de uma análise descritiva e comparativa de documentos e relatórios dos EES, das entidades de fomento e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Institutos de pesquisa como o IBGE e ONG's como CENSUS foram pesquisados no intuito de se conhecer a situação socioeconômica da região estudada.

4. RESULTADOS

4.1. A análise sócio-econômica da micro-região de Viçosa

O município de Viçosa situa-se na região da Zona da Mata de Minas Gerais, a segunda mais pobre do Estado. Os índices de analfabetismo e as taxas de desemprego dessa região são alarmantes em alguns municípios. Segundo dados do IBGE (2000), as maiores taxas de analfabetismo da Zona da Mata mineira situam-se, respectivamente, nas partes Centro-Norte, Oeste, Nordeste e Noroeste da região, partes essas nas quais estão localizadas as micro-regiões de Viçosa, Ponte Nova e Manhuaçu.

Esses dados são compatíveis com os dados apresentados pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG, 2001), que apontam a micro-regiões

de Viçosa, Ponte Nova e Manhuaçu como portadoras de indicadores de qualidade de vida e de PIB *per capita* bastante baixos, comparáveis aos das áreas mais pobres do estado de Minas Gerais.

Os 18 municípios que compõem a micro-região de Viçosa são considerados como portadores de sérios problemas econômicos e sociais que afligem algumas áreas do estado de Minas Gerais. Dentre eles destacam-se a estagnação econômica, concentração de renda, pobreza, altas taxas de analfabetismo e enormes desigualdades sociais (BDMG, 2001).

Dentre esses 18 municípios, considerando os 853 municípios do estado de Minas Gerais, 17 apresentam posição inferior à 551ª colocação, segundo o *Atlas de Exclusão Social do Brasil*. Além disso, de acordo com o índice de Exclusão Social, medido pela pobreza das famílias, pela desigualdade de renda e pelos índices de alfabetização, a maior parte desses municípios se assemelha aos municípios das regiões do Jequitinhonha e do Norte de Minas, regiões essas apontadas como as mais pobres de Minas Gerais (Pochmann & Amorim, 2003).

Quanto à cidade de Viçosa mais especificamente, dados referentes ao ano 2000 mostram que 10,3% da população local se encontra em situação de analfabetismo pleno, e que 60,6% de seus habitantes possui menos de 8 anos de escolaridade, apesar de sua rede completa de ensino, coroada sobretudo pela existência de uma Universidade Federal no município. Esses índices de analfabetismo variam dentro do próprio município, de acordo com os níveis econômicos das populações de seus bairros, apresentando percentuais que variam de 4,5% a 27,25% dos indivíduos residentes nessas localidades (IBGE, 2000).

Em termos de desemprego e de precarização das condições de trabalho, a cidade de Viçosa também se caracteriza por índices pouco louváveis. No ano 2000, em um universo total de 53.898 indivíduos com idade igual ou superior a 10 anos, o município apresentou um índice de 37,2% de sua população que se declararam destituídos de qualquer fonte de renda, e outros 21,6% declararam ter um rendimento inferior a um salário mínimo (tabela 3). Em relação ao pessoal ocupado, os dados revelaram que 36,1% da população empregada trabalhavam mais de 45 horas por semana, sendo que desse percentual, 21% excedia a carga horária de 49 horas semanais (tabela 4). Quanto à composição da ocupação, 42,3% das pessoas possuíam emprego com carteira assinada, 27,8% trabalhavam sem carteira assinada e apenas 3,4% declararam-se empregadores (CENSUS, 2003).

No tocante à renda média da população viçosense no ano de 2000, embora tenha sido, segundo o IBGE, de R\$ 603,47, revelou-se extremamente concentrada, uma vez que 50% dos trabalhadores nesse período tinham uma remuneração igual ou inferior à R\$ 240,00. Os dados demonstram que, em referência à distribuição de renda, o município possui índices também bastante desiguais, pois os 20% mais pobres da população se apropriam de apenas 2,8% da renda, enquanto os 20% mais ricos controlam 66,6% de toda a renda gerada. Comparando esses números com os referentes ao ano de 1991, constantes na tabela 5, nota-se uma ligeira elevação da concentração de renda no município (CENSUS, 2003).

Tabela 3 – Pessoas com idade igual ou superior a 10 anos por classe de rendimento nominal mensal em Viçosa/MG, 2000.

Classe de Rendimento	Qtde	%
Sem rendimento	20.067	37,2
Até 1 SM	11.660	21,6
Mais de 1 até 2 SM	8.359	15,5
Mais de 2 até 3 SM	3.249	6,0
Mais de 3 até 5 SM	3.950	7,3
Mais de 5 até 10 SM	4.018	7,5
Mais de 10 até 20 SM	1.316	2,4
Mais 20 SM	1.278	2,4
TOTAL	53.898	100,0

Fonte: CENSUS, 2003.

Tabela 4 – Pessoas com idade igual ou superior a 10 anos, ocupadas na semana de referência, segundo horas semanais habitualmente trabalhadas em Viçosa/MG, 2000.

Horas trabalhadas	Qtde	%
Até 14 horas	1.075	4,0
De 15 a 29 horas	2.838	10,6
De 30 a 39 horas	2.516	9,4
De 40 a 44 horas	10.726	39,9
De 45 a 49 horas	4.053	15,1
49 horas ou mais	5.649	21,0
TOTAL	26.857	100,0

Fonte: CENSUS, 2003.

Tabela 5 – Concentração de renda por extrato da população em Viçosa/MG (%).

Extrato da população	1991	2000
20% mais pobres	2,8	2,8
40% mais pobres	8,4	8,6
60% mais pobres	17,8	17,6
80% mais pobres	35,6	33,4
20% mais ricos	64,4	66,6

Fonte: CENSUS, 2003.

Em razão da especificidade desses problemas, ganha maior notoriedade o trabalho de instituições que atuam nessa região no sentido de desenvolver as potencialidades internas e fomentar a organização coletiva dos trabalhadores. Essas ações visam capacitar e incentivar os trabalhadores para a formação de empreendimentos que lhes propiciem a geração de trabalho e renda dignos para suas famílias. Dentre as principais instituições que atuam nesse âmbito, pode-se destacar: o trabalho de extensão das Universidades por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; a assessoria prestada por entidades governamentais, como a EMATER; e o trabalho de ONG's, como o Centro de Tecnologia Alternativa da Zona da Mata (CTA).

4.2. Aspectos Gerais, Econômicos e Políticos dos EES pesquisados

Os dados referentes aos 20 empreendimentos pesquisados foram observados sobre três aspectos principais: a dimensão geral, a econômica e a política dos EES. Segue abaixo uma análise descritiva das variáveis analisadas, buscando conectá-las às informações obtidas na pesquisa bibliográfica anteriormente apresentada.

4.2.1. Aspectos Gerais

Deve-se destacar que os 20 Empreendimentos de Economia Solidária (EES) estão localizados em seis cidades, a saber: Viçosa, Ponte Nova, Paula Cândido, Coimbra, Senhora de Oliveira e Guaraciaba. Notou-se a predominância

da localização rural entre os EES, sendo que 12 deles praticam atividades rurais, tais como pequena agroindústria, agricultura familiar, produção de quitandas e doces, pecuária leiteira e artesanato. Dentre os EES urbanos encontraram-se oito, que exercem atividades de triagem de material reciclável, costura, padaria e grupos de serviços (garçom e encadernação). Todos os EES urbanos estão situados em Viçosa e Ponte Nova, municípios de maior porte da micro-região.

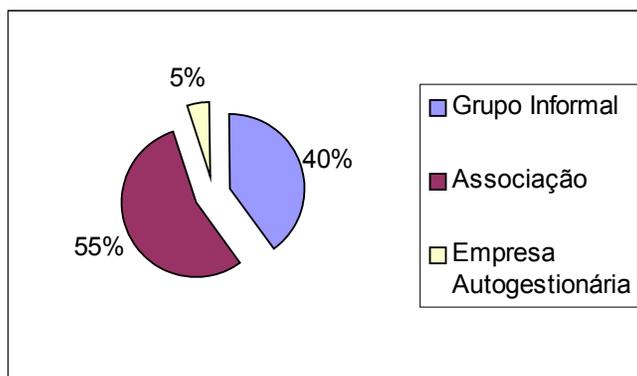
Na tabela 6, encontra-se a relação entre quantidade de EES por município de origem e as atividades exercidas.

Tabela 6 – EES por município de origem.

Município	Qtde de EES			Atividades desenvolvidas
	Total	Rural	Urbano	
Viçosa	6	1	5	Serviços de garçom e encadernação, produção de quitandas e doces, triagem de material reciclável e padaria comunitária
Ponte Nova	5	2	3	Pequena agroindústria, triagem de material reciclável, artesanato, vestuário e artigos para cama, mesa e banho.
Guaraciaba	4	4	-	Associação comercial e de melhorias comunitárias, agricultura familiar, produção de quitandas e doces.
Paula Cândido	2	2	-	Agricultura familiar e fruticultura.
Senhora de Oliveira	2	2	-	Pecuária leiteira e apicultura
Coimbra	1	1	-	Agricultura familiar.
Total	20	12	8	

Quanto à forma de organização, pode-se notar pela figura 1 que mais da metade dos EES encontram-se organizados sob a forma de associação. Porém, os grupos que ainda encontram-se na informalidade também apresentam um percentual elevado. Apenas um EES está organizado sob a forma de empresa.

Figura 1 – Forma de organização dos EES.



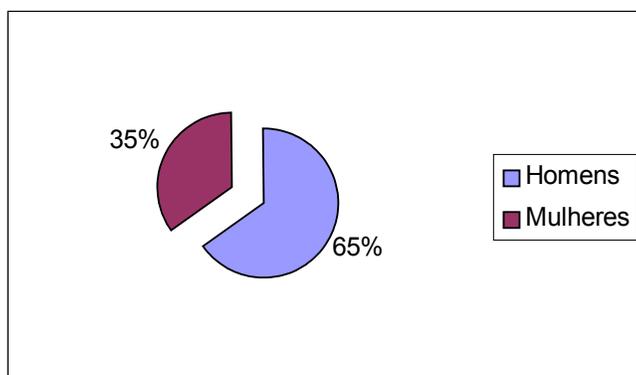
Os dados da figura 1 podem ser complementados com os dados da tabela 7. Pode-se notar que o município de Guaraciaba apresenta o maior número de EES organizados sob a forma de associação, 3. Entre os grupos que ainda encontram-se na informalidade, 3 deles encontram-se em Viçosa. Apenas um EES, também localizado em Viçosa, está organizado sob a forma de empresa, mas sem manter relação de assalariamento entre os integrantes. Importante destacar também que nenhum dos empreendimentos está organizado sob a forma de cooperativa, principalmente devido a maior complexidade jurídica e burocrática que essa forma organizativa demanda e porque os EES ainda encontram-se em fase inicial de trabalhos.

Tabela 7 – Nº de EES por forma de organização nos municípios.

Município	Associação	Grupo informal	Empresa
Viçosa	2	3	1
Ponte Nova	2	3	-
Guaraciaba	3	1	-
Paula Cândido	2	-	-
Senhora de Oliveira	1	1	-
Coimbra	1	-	-
Total	11	8	1

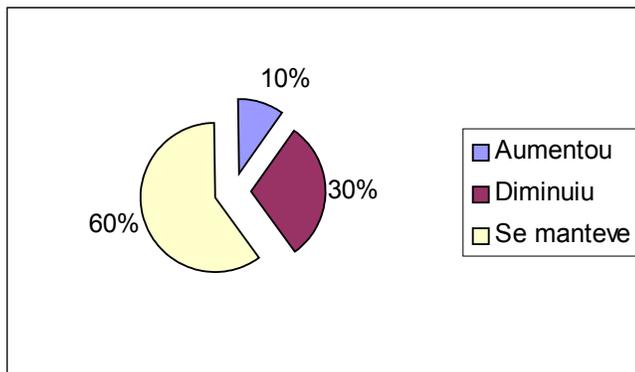
No tocante à quantidade de participantes nos 20 empreendimentos, identificou-se um total de 413 integrantes. Dentre eles, a grande maioria é composta por homens, quase o dobro da quantidade de mulheres, como se pode observar pela figura 2. A média geral dos EES foi de 20,65 integrantes. Ao analisar por grupo de acordo com a forma de organização, a média de participantes em empreendimentos sob a forma de associação é 30,1, bem maior que a média de integrantes entre os grupos informais, que é de 13,5 trabalhadores por empreendimento.

Figura 2 – Divisão por gênero nos EES.



A figura 3 apresenta a variação do número de participantes nos EES nos últimos 12 meses. Verificou-se que dos EES, 60%, mantiveram a quantidade de pessoas envolvidas em suas atividades, em sua maioria, empreendimentos de agricultura familiar e produtos alimentícios. É importante salientar também que a quantidade de grupos que apresentaram redução em seus quadros superou aqueles que apresentaram aumento, também tomando como referência os últimos 12 meses de trabalho.

Figura 3 – Variação do número de participantes dos EES nos últimos 12 meses.



A partir da tabela 8, pode-se notar que dentre os EES que tiveram seus quadros reduzidos destacam-se os de serviços e produtos artesanais. Já os EES que apresentam maior tendência a manterem ou até aumentar seus quadros são aqueles em que os associados têm algum tipo de capital integralizado, como no caso dos empreendimentos agrícolas (agricultura familiar, pecuária leiteira, agroindústria e apicultura), padaria e vestuário.

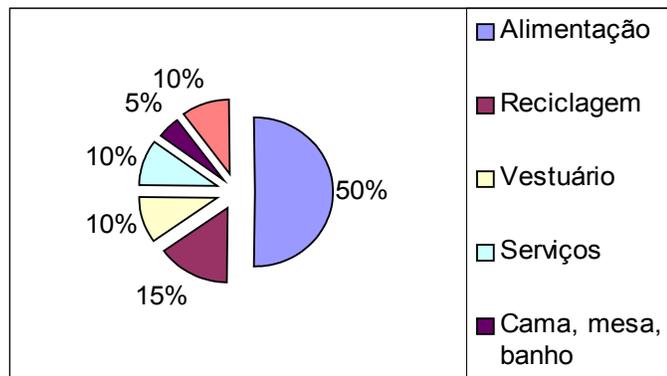
Tabela 8 – Variação do número de participantes dos EES por atividade nos municípios.

Município	Aumentou	Diminuiu	Manteve
Viçosa		Reciclagem, serviços	Padaria
Ponte Nova		Artesanato, reciclagem	Vestuário e artigos para cama, mesa e banho, agroindústria,
Guaraciaba	Associação comercial, agricultura familiar	Produção de quitandas e doces	Associação comunitária,
Paula Cândido			Fruticultores e agricultura familiar
Senhora de Oliveira			Pecuária leiteira e apicultura
Coimbra			Pequenos produtores

4.2.2. Aspectos Econômicos

As atividades desenvolvidas pelos EES, não requerem, no geral, alto nível tecnológico e nem uma maior qualificação da mão-de-obra. A grande maioria destas atividades é produzida artesanalmente. Dentre os 5 seguimentos, o de alimentação/agricultura engloba 10 dos 20 EES entrevistados, desenvolvendo atividades de agricultura familiar, fruticultura, produção de leite, mel, pequenas agroindústrias, fabricação de quitandas, vinhos e doces. Os outros segmentos desenvolvem atividades voltadas para artigos de cama, mesa e banho, reciclagem, vestuário, prestação de serviços, e outras atividades como troca de produtos e associação para melhorias comunitárias. A figura 4 mostra a participação percentual dessas atividades nos EES pesquisados.

Figura 4 – EES segundo suas atividades econômicas.



Quanto à forma de comercialização da produção dos EES, esta ocorre principalmente em nível local. Entre os 20 empreendimentos, 60% deles afirmaram realizar a comercialização de seus produtos através de feiras de final

de semana existentes nos municípios de atuação do grupo, principalmente os empreendimentos de alimentação e agricultura familiar; 40% comercializam em feiras de abrangência regional, estadual ou nacional; 20% fornecem para intermediários ou atravessadores, principalmente os EES de reciclagem; e 10% fornecem para lojas de varejo em geral, no caso das atividades artesanais. Entre os que fornecem para órgãos públicos ou para o setor industrial, encontram-se 5% em cada uma, referindo-se a atividades de agroindústria em Ponte Nova e agricultura familiar em Guaraciaba, respectivamente³. Alguns EES não se enquadraram em nenhuma das opções listadas, por se tratarem de fornecedores de serviços ou atuarem atividades não comerciais. Notificou-se a falta de redes de comercialização e colaboração entre os EES, ponto colocado por Taulie (2002) como importante no processo de consolidação dos empreendimentos.

Em relação ao investimento e à obtenção de crédito por parte dos EES nos últimos 12 meses, pode-se inferir pelas figuras 5 e 6 a difícil situação em que se encontram. Na parte de investimentos, 15 deles não realizaram nenhum tipo de investimento nos últimos 12 meses. Os EES que realizaram investimentos são da área de agroindústria e vestuário em Ponte Nova, produção de leite em Senhora de Oliveira, serviços (garçom) e padaria em Viçosa. O investimento feito foi basicamente para compra ou renovação de equipamentos e capacitação da mão-de-obra, sem que fosse suficiente para incrementar significativamente a produção. Já quanto ao crédito, verificou-se que 10 EES, ou seja, 50% deles, ao menos procuraram. Dos outros 50%, 7 acabaram não conseguindo e apenas 3

³ Foi pedido aos entrevistados que marcassem as três formas principais de comercialização em seus empreendimentos, por isso a soma alcança mais de 100%.

conseguiram, dois pelo Banco do Brasil (Associação dos Produtores Familiares de Guaraciaba e Associação de Pequenos Produtores Rurais de Senhora de Oliveira) e um por uma entidade sindical (Associação de Pequenos Produtores em Ponte Nova). Isso demonstra também que parte do investimento realizado, como acima citado, foi com capital próprio.

Figura 5 – EES segundo realização de investimentos.

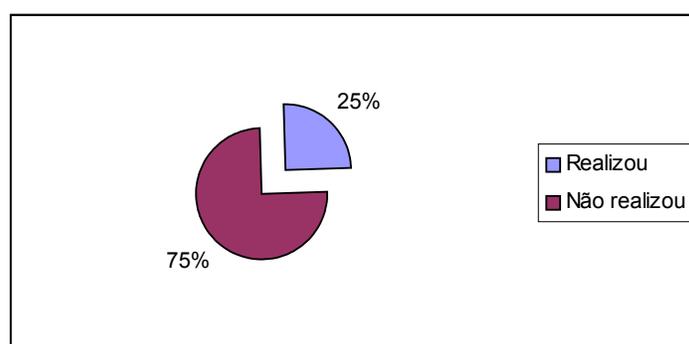
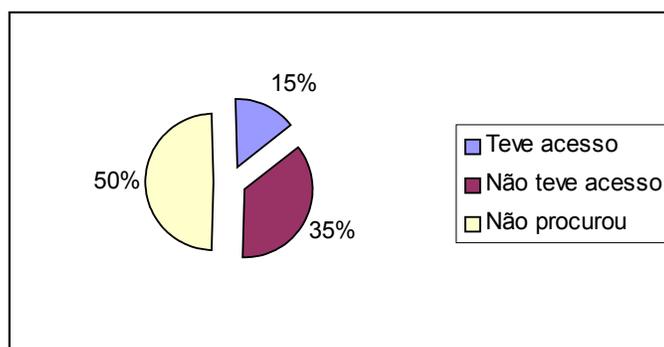


Figura 6 – EES segundo obtenção de crédito.



A tabela 9 disponibiliza as informações sobre quais atividades por município tiveram ou não acesso a crédito nos últimos 12 meses. Para os trabalhadores associados, a dificuldade de acesso ao crédito ocorre pela incapacidade da maioria dos empreendimentos em oferecer garantias aos financiadores. A

informalidade também é apontada como outro fator complicante. Esses dados apontam a fragilidade econômica e a dificuldade de ultrapassar o nível de subsistência na maioria dos EES, dificuldades iniciais que também são apontadas por Taulie (2002), quando este justifica a necessidade de implantação de políticas voltadas exclusivamente para esses agentes.

Tabela 9 – Acesso a crédito por atividade.

Município	Teve	Não teve	Não procurou
Viçosa		Reciclagem e serviços	Padaria e produção de quitandas e doces
Ponte Nova		Vestuário e artigos para cama, mesa e banho e Artesanato	Agroindústria e reciclagem
Guaraciaba	Agricultura familiar		Associação comercial, associação comunitária, Produção de quitandas e doces
Paula Cândido	Agricultura familiar	Fruticultores	
Senhora de Oliveira			Pecuária leiteira e apicultura
Coimbra		Pequenos produtores	

A figura 7 demonstra a renda média desses trabalhadores, ou seja, a classificação do grupo, por nível de remuneração, nas atividades listadas. Entretanto, 8 EES não souberam responder a essa questão, o que impede uma análise mais profunda sobre a média de renda auferida em toda a população. Isso se deu pelo fato desses empreendimentos não possuírem atividades contínuas, ou não têm como objetivo principal o ganho monetário, ou ainda estão em início de atividades, impossibilitando-os de responder. É o caso dos grupos prestadores de serviços, melhorias comunitárias e alguns grupos de agricultura familiar. Entre os que responderam, a maioria absoluta situa-se entre as faixas até dois salários mínimos mensais. Apenas 2 empreendimentos superaram a marca dos dois

salários mínimos, sendo eles a Associação de Fruticultores Rurais de Paula Cândido e a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Senhora de Oliveira. Esses resultados podem ser explicados pelo fato dos EES ainda estarem em estado embrionário de organização e também pela dificuldade de acesso ao crédito que encontram para a realização de novos investimentos e para capital de giro. Deve-se ressaltar também que os EES não possuem uma carga horária fixa de trabalho semanal, variando entre 12 e 40 horas, de acordo com a expectativa de demanda, e também que, em alguns casos, esses empreendimentos não se constituem na única fonte de renda dos trabalhadores envolvidos.

Figura 7 – Renda média em salários mínimos (SM) em cada EES.

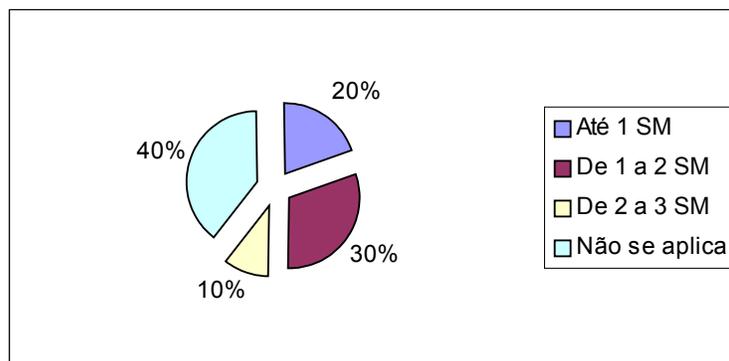


Tabela 10 – Renda média segundo forma de organização em salários mínimos (SM).

Forma de organização	Renda média				Total
	Até 1 SM	De 1 a 2 SM	Acima de 2SM	NS/NR	
Associação	1	4	2	4	11
Grupo informal	2	2	-	4	8
Empresa	1	-	-	-	1

4.2.3. Aspectos Políticos

Neste tópico discutir-se-ão as informações referentes às questões políticas e organizativas dos EES, terceira abordagem do questionário aplicado, tais como: a participação dos membros nas tomadas de decisão, os tipos de articulação dos quais os grupos participam, quais as instituições de apoio e a existência ou não de atividades voltadas para o desenvolvimento das comunidades em que se encontram.

Considerando-se as informações sobre a participação dos membros na tomada de decisões dos empreendimentos, pôde-se notar que os entrevistados afirmam participar da maioria das decisões importantes quanto ao empreendimento a que representam, e essa participação é permitida e incentivada a todos os integrantes. Houve uma alta freqüência, nas respostas, dos itens ‘decisão sobre o destino das sobras’, ‘participação nas decisões cotidianas’, ‘acesso a registros’ e ‘prestação de contas’. Nenhum dos entrevistados disse não haver participação. A princípio, esses resultados podem demonstrar certo grau de autogestão em cada EES, existindo internamente o “poder compartilhado” citado por Albuquerque (2002). O fato de todas as informações relevantes estarem sempre disponíveis a quem se interessar também é apontado por Singer (2000) como um indicador de autogestão.

Observando agora os tipos de articulação dos quais os grupos participam, pode-se perceber a forma de inserção desses empreendimentos junto a

organizações político-sociais, nos diferentes níveis de abrangência. Entre os que não participam de nenhuma forma de organização, encontram-se oito EES, principalmente os grupos rurais de Paula Cândido, Senhora de Oliveira, Guaraciaba e Coimbra. Um número relativamente alto, por se tratar de 40% da amostra. Entre os que disseram participar, 30% estão inseridos em movimentos comunitários, 20% participam do Fórum Mineiro de Economia Solidária, 20% de movimento social/sindical e 10% de redes de produção/comercialização⁴.

Em relação à existência ou não de apoio aos EES, apenas dois afirmaram não ter recebido nenhuma forma de apoio nos últimos 12 meses, sendo eles as associações de catadores de material reciclável de Viçosa e Ponte Nova. Entre os 18 EES que afirmaram haver recebido algum tipo de apoio, 10 deles disseram ter sido proveniente de alguma entidade do governo, três receberam apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFV (ITCP/UFV), dois são apoiados pela igreja católica (comissões pastorais) e três deles por outras instituições.

Entre as instituições governamentais de apoio citadas, destaca-se a participação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER/MG), até mesmo pelo fato da maioria dos empreendimentos ser de origem rural. As outras citadas são SEBRAE e SENAR. Os que afirmaram receber apoio de outras instituições, são apoiados por ONG's – Organizações Não-Governamentais – como o Centro de Tecnologia Alternativa da Zona da Mata (CTA) e o Centro para o Desenvolvimento Sustentável (CENSUS). Das diferentes

⁴ Essa questão também admitia mais de uma resposta, já que foi pedido aos entrevistados que marcassem as três formas principais de articulação dos empreendimentos.

modalidades de apoio citadas, quase todos os entrevistados disseram receber nas áreas técnica e gerencial, além do apoio jurídico e de formação sócio-política.

A figura 8 demonstra participação percentual das diferentes entidades de apoio.

Figura 8 –EES segundo apoio recebido.

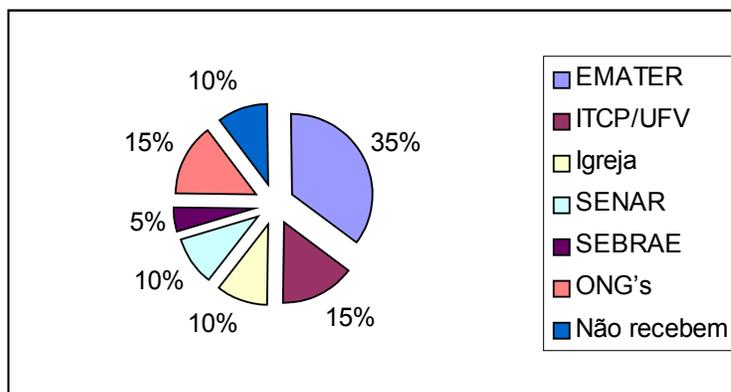


Tabela 11 – Atividades assessoradas pelas principais instituições listadas.

Instituição	N.º de EES	Atividades
EMATER	7	Associação de fruticultores, associação comercial, associação comunitária, agroindústria, agricultura familiar.
ITCP/UFV	3	Reciclagem, serviços (garçom), produção de doces e quitandas.
Igreja	2	Vestuário e artigos para cama, mesa e banho.
SENAR	2	Pequenos produtores rurais e apicultores.
SEBRAE	1	Artesanato.
ONG's	3	Padaria, serviços (encadernação) e agricultura familiar.

Para finalizar, procurou-se obter informações sobre a participação dos EES em atividades voltadas para o desenvolvimento das comunidades em que se encontram, estendendo os benefícios para além de seus trabalhadores. Identificou-se que uma metade dos EES participa e a outra metade não. Entre os EES que desenvolvem atividades, a maioria deles disse que estas são referentes

ao meio ambiente e outras formas de conscientização da comunidade. Outras atividades como doações de alimento para creches e escolas. Dois empreendimentos realizam atividades referentes à saúde em suas comunidades, principalmente com relação à medicina alternativa. Participações em campanhas como a “Natal sem fome” e a “Campanha do agasalho” também foram citadas.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo buscou interpretar a realidade da economia solidária como alternativa de desenvolvimento local e verificar seu potencial para promover tanto a capacitação da mão-de-obra para gerar benefícios econômicos quanto à promoção da cidadania, direito de todo trabalhador. Através desta investigação pôde-se identificar a importância da organização do trabalho concebido em termos de que, as mudanças de comportamento do trabalhador geram mudanças nos empreendimentos, que por sua vez, impactam as relações de trabalho, sob a ótica da economia solidária.

A bibliografia consultada no decorrer da pesquisa permitiu uma caracterização geral dos EES próxima à encontrada em Bertucci (2005), como sendo: uma associação coletiva (formal ou informal) onde há a socialização dos

meios de produção; as decisões técnicas e gerenciais são tomadas de forma coletiva (autogestionária) pelos atores envolvidos; e não é uma associação a serviço somente dos seus sócios, mas de toda a comunidade.

A análise dos resultados auferidos durante os trabalhos de investigação proporcionou um maior entendimento sobre a dinâmica organizativa dos empreendimentos na região estudada.

Os EES estão organizados em sua grande maioria como associações ou grupos informais, alguns deles em processo de se constituírem como cooperativas. Suas atividades são basicamente artesanais, sem requerer um nível mais avançado de tecnologia. A dificuldade constatada desses empreendimentos em conseguir crédito é tida pelos próprios associados como o grande entrave para a realização de investimentos em novos maquinários e capacitação da mão-de-obra, no intuito de melhorar a produção e aumentar a renda dos trabalhadores envolvidos.

A predominância dos empreendimentos rurais, principalmente voltadas para atividades ligadas à agricultura, pode ser explicada pelo fato dos municípios pesquisados serem de pequeno porte e com um centro urbano ainda pouco desenvolvido.

A quantidade de postos de trabalhos gerados num total de 413 é considerada um número relevante, dado os elevados índices de desemprego na região e por se tratar de trabalhadores que, em sua maioria, não possuem a devida formação escolar e técnica exigida pelo mercado de trabalho. É importante frisar que grande parte desses trabalhadores está buscando se qualificar através

de cursos e oficinas oferecidos pelas instituições de apoio. Alguns também estão retomando seus estudos.

A cultura heterogestionária dos trabalhadores brasileiros, própria do sistema capitalista, é outro fator que impede que novos trabalhadores busquem pela via autogestionária uma forma de garantir o trabalho e a renda familiar. Faltam mais informações e estratégias de incentivo, mesmo porque os resultados positivos não surgem de imediato, é preciso muita perseverança e cooperação para a consolidação de um empreendimento de base solidária. Isso acaba levando muitos trabalhadores a desistirem do processo, como foi demonstrado pela dificuldade dos EES em manter seus quadros ou até mesmo aumentá-los. Porém, as incertezas do ambiente autogestionário, já expostas por Albuquerque (2002), são enfrentadas com muita vontade pela maioria dos trabalhadores envolvidos nos EES pesquisados.

As instituições de apoio e fomento da economia solidária na região cumprem um papel importante junto aos empreendimentos, na capacitação técnica e gerencial dos trabalhadores, na formação sócio-política e em cooperativismo, na busca de novas fontes de financiamento e no acompanhamento das questões jurídicas e burocráticas. No entanto, a falta de técnicos e de recursos próprios são fatores limitantes desse trabalho.

Também foram identificadas nos EES fases autogestionárias que são resultados do processo cooperativo e de confiança mútua entre os participantes, requisito importante a prevalecer sobre o processo de concorrência e individualismo na sociedade capitalista.

De acordo com os resultados dessa investigação, pode-se inferir que os empreendimentos de economia solidária são instrumentos relevantes na geração de trabalho e renda para a população residente na região da Zona da Mata de Minas Gerais. Entretanto, os dados revelam que os 20 empreendimentos estão em fase embrionária do processo de consolidação econômica, ainda com baixa remuneração, principalmente aqueles envolvidos com atividades voltadas à prestação de serviços e artesanato. Por outro lado, os empreendimentos na área da agrícola (agricultura familiar, pecuária leiteira e agroindústria) alcançaram um resultado mais significativo, em razão de ser uma atividade com capital integralizado em terrenos e equipamentos e com maior facilidade de obtenção de crédito.

Dessa forma, chega-se à mesma conclusão de Singer (2002) já citada nesse trabalho, quando este afirmou que, apesar do pouco peso econômico desses empreendimentos, no tocante à geração de renda postos de trabalho, eles propiciam a sobrevivência de muitas famílias na região.

Essa investigação permitiu detectar também algumas demandas importantes para a manutenção dos EES, tais como: difusão de informações referentes à organização formal dos EES; criação de feiras, mercados e outros espaços para comercialização; viabilização de canais de divulgação dos produtos e serviços oferecidos; incentivo às instituições de fomento para atuarem na constituição, incubação e consolidação de empreendimentos solidários, além da capacitação da mão-de-obra nos trabalhos de assessoria técnica, jurídica, gerencial e educação cooperativista; constituição de fundos para o crédito (giro), financiamento de médio e longo prazo para investimento e cooperativismo de

crédito. O suprimento dessas demandas certamente propiciará uma maior sustentabilidade e aumento de renda aos EES já estabelecidos, além de incentivar o surgimento de outros.

É importante salientar que as dificuldades e fragilidades enfrentadas por esses empreendimentos não tiram o ânimo de seus trabalhadores que continuam buscando seu espaço, na esperança de conseguir através do trabalho associado a garantia da sobrevivência familiar. Apesar do pouco tempo de existência da maioria dos empreendimentos (em média dois anos), muitos frutos positivos estão sendo alcançados. As instituições de fomento, na medida do possível, desenvolvendo um bom trabalho na parte de capacitação e assessoria.

Pelo fato da economia solidária apresentar uma nova concepção de organização econômica baseada na autogestão, diferente da concepção de assalariamento própria do capitalismo, os EES necessitam de certo estímulo para conseguirem atingir um nível inicial de desenvolvimento mais satisfatório, conforme identificado na pesquisa. Esse estímulo deve vir das autoridades políticas nacionais, sejam elas federal, estadual ou municipal, na forma de políticas públicas. A caracterização e implementação de um campo político institucional de incentivo à economia solidária é uma necessidade essencial para potencializar seu desenvolvimento a nível local e proporcionar o surgimento de novas iniciativas.

A elaboração e a implementação de uma política de incentivo à economia solidária devem estar articuladas com o projeto de desenvolvimento municipal e regional. A economia solidária pode ser um elemento de destaque na construção do projeto de desenvolvimento do município, por constituir um conjunto de

práticas e instituições baseadas na solidariedade e na cooperação, convergente com os princípios do desenvolvimento sustentável. Nessa linha, Singer (2000) colocou o seguinte:

A economia solidária poderá se estender a todos os campos de atividade econômica. Não há em princípio um tipo de produção e distribuição que não possa ser organizado como empreendimento solidário. Mas para que esta hipótese se torne realidade nos vários países é preciso garantir bases de sustentação à economia solidária. As mais importantes são fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnico-científica, formação continuada dos trabalhadores e apoio institucional e legal por parte das autoridades governamentais (p. 23).

É preciso, no entanto, compreender suas ambivalências e contradições, pois ainda é difícil detectar os resultados iniciais dessas experiências autogestionárias. Espera-se que a conclusão do mapeamento dos empreendimentos de economia solidária no Brasil, que está sendo realizado pela SENAES esse ano, possa fornecer um retrato aproximado da real situação em que esses se encontram.

Não se pode também partir do pressuposto que a economia solidária seja a única alternativa para sobrevivência das camadas excluídas e para um desenvolvimento mais humano e sustentável. O debate mundial, que tem como foco principal o estabelecimento de alternativas que visem a esses objetivos, não deve cessar. Novas hipóteses devem ser formuladas e novas tentativas devem ser executadas no sentido de buscar formas flexíveis de desenvolvimento que se adequem à realidade de cada comunidade, respeitando sua cultura e suas demais particularidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In: CATTANI, Antônio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

ANTEAG. **Autogestão em avaliação**. São Paulo: IBASE, 2004.

ANTEAG. **Resoluções do 1º Congresso Brasileiro dos Trabalhadores e Empresas em Autogestão**. São Paulo, 2003.

ARRUDA, Marcos. **Situando a economia solidária**. In: Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães No. 5. Salvador, 2002.

BARCELLOS, Ana. **ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: uma alternativa à crise do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90**. Florianópolis: UFSC, 2000. (Monografia Bacharelado em Ciências Econômicas)

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A economia solidária do pensamento utópico ao contexto atual: um estudo sobre experiências em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Dissertação (Mestrado em Economia).

CANÇADO, Airton. **Autogestão em cooperativas populares: desafios da prática**. Salvador: UFBA, 2004. Dissertação (Mestrado em Administração)

CENSUS. **Currículo de Viçosa**. 2003.

CULTI, Maria Nezilda. **O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade**. In: Anais do 3º Congresso Europeu de Latinoamericanistas, Amsterdam-Holanda, 2002.

DORNELES, Simone Bochi. **AUTOGESTÃO: uma alternativa para o desenvolvimento regional**. 2005. Disponível em <http://www.urisantiago.br/nadri/artigos/texto%20simone.pdf> (capturado em 10/03/05).

FAVARETO, Arilson. **Economia solidária – o que estamos fazendo?** In: Curso de formação de formadores. ADS. São Paulo, 2003.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de & LAVILLE, Jean-louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre, 2004.

GAIGER, Luis Inácio. **O trabalho no centro da Economia Popular Solidária**. Caxambu: Unisinos, 1999.

IBGE. **Censo demográfico 2000**.

IPEA, FJP e PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano**. 2000.

LAVILLE, Jean Louis. Globalização e solidariedade. In: **Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães** No. 5. Salvador, 2002.

LISBOA, Armando de Melo. **Os desafios da economia popular solidária**. 2005. Disponível em www.ecosol.org.br (capturado em 14/02/05)

NAKANO, Marilena. Anteag: a autogestão como marca. In: SINGER, Paul & SOUZA, André (orgs.). **A Economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

OLVEIRA, Benedito Martins. **As cooperativas populares como ambientes de multiplicação de capital social e de sustentação da economia solidária**. 2005

PINTO, João R. Lopes. **Economia solidária: um elogio à associação em tempos de crise**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005. Tese (Doutorado em Sociologia)

POCHMANN, Marcio. Economia solidária no Brasil: Limites e possibilidades. In: **Mercado de Trabalho**, nº 24, Brasília: IPEA, 2004

POCHMAN, Marcio e AMORIM, Ricardo. **Atlas da exclusão social no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2003.

RAZETO, L. O papel central do trabalho e a economia da solidariedade. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**. São Paulo: Contexto, 1999. 3.ed.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. & SOUZA, A. (orgs.). **A Economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TAUILE, José Ricardo. Do socialismo de mercado à economia solidária. **Revista de Economia Contemporânea**, 1o semestre de 2002.

TAUILE, José Ricardo & DEBACO, Eduardo Scotti. **Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores**. In: Anais do VII Encontro de Economia Política e II Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos, Curitiba, 2002.

TAUILE, José Ricardo & RODRIGUES, Huberlan. Economia Solidária e Autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda. In: **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**, n.º 24, agosto, p. 35-44, 2004.

ANEXO

FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DOS EES

Nome do empreendimento: _____
Município: _____ Região: _____
Telefone: _____
Ano de início do empreendimento: _____ Pessoa de contato: _____
Área de atuação: () Urbana () Rural

1. Qual a forma de organização (resposta única):

1. () Grupo informal
2. () Associação
3. () Cooperativa
4. () Empresa autogestionária
5. () Empresa Ltda
6. () Outra: _____

2. Qual o número de participantes (assinale a alternativa mais conveniente):

Pessoas físicas associadas: _____ (Homens _____ Mulheres _____)
Famílias associadas: _____
Pessoas jurídicas associadas: _____

3. Nos últimos 12 meses o número de participantes:

1. () aumentou 2. () diminuiu 3. () se manteve

3A) Quantos novos membros entraram (ou saíram): _____

4. Quais as atividades econômicas do empreendimento (marcar a ou as principais):

- | | |
|----------------------------------|--|
| 1. () Alimentação | 2. () Reciclagem |
| 3. () Vestuário | 4. () Brinquedos |
| 5. () Cama, mesa e banho | 6. () Prestação de serviços |
| 7. () Decoração | 8. () Produtos de higiene pessoal e limpeza |
| 9. () Moveleira | 10. () Cultura e lazer |
| 11. () Crédito / fundo rotativo | 12. () Outra(s): _____ |

5. Como é feita a comercialização de produtos ou serviços (marcar as 3 principais):

1. () Em feiras de final de semana existentes nos municípios de atuação do grupo
2. () Em feiras de abrangência regional, estadual ou nacional
3. () Fornecimento para intermediários ou atravessadores
4. () Fornecimento para lojas de varejo em geral
5. () Em estabelecimento comercial (loja) mantido pelo grupo
6. () Através de visitas domiciliares (porta em porta)
7. () Fornecimento para órgãos públicos (merenda escolar, restaurantes, creches....)
8. () Grupos de consumidores solidários
9. () Fornecimento para setor industrial
10. () Outro(s). Qual(is)? _____

6. Foram realizados investimentos no empreendimento nos últimos 12 meses?

1. () sim 2. () não de que tipo? _____

7. Teve acesso a crédito nos últimos 12 meses?

1.() sim 2.() não teve acesso 3.() não procurou crédito

7A. Se recebeu crédito, para qual(is) finalidade(s)?

1.() custeio ou capital de giro 2.() investimento 3.() outros: _____

7B. Se recebeu crédito, qual a fonte do crédito ou financiamento?

1.() banco público 2.() banco privado 3.() agência financeira

4.() familiar 5.() banco popular 6.() outros: _____

Nome da(s) organização/organizações que forneceu(ram) crédito: _____

8. O empreendimento possibilita uma renda por trabalhador de:

1.() menos de 1 salário mínimo 3.() cerca de 2 salários mínimos 5.() não sabe

2.() cerca de 1 salário mínimo 4.() 3 ou mais salários mínimos

9. Quais as formas de participação dos membros na tomada de decisões do empreendimento?

1.() decisão sobre o destino das sobras

2.() eleição da diretoria

3.() plano de trabalho / divisão de tarefas

4.() participação nas decisões cotidianas

5.() decisões sobre investimentos e administração do negócio

6.() acesso a registros e documentação

7.() decisões sobre contratação

8.() prestação de contas

9.() outra(s). _____

10.() não há participação

10. O empreendimento participa de algum tipo de articulação (citar os 3 mais importantes):

1.() rede de produção/comercialização 2.() Fórum de Economia Solidária

3.() Movimento comunitário 4.() Movimento social/sindical

5.() centrais de comercialização 6.() Não participa

7.() Outro. Especifique qual: _____

11. O empreendimento recebe algum tipo de apoio, assessoria, capacitação?

1.() De entidade governamental 2.() Da igreja

3.() Da Universidade 4.() outro. _____

5.() Não recebe apoio.

Nome da(s) instituição/instituições que apóia(m): _____

11A) Se recebe, de que tipo:

1.() financeiro 2.() técnico ou gerencial

3.() formação sócio-política 4.() jurídica

5.() outro. ____

12. O empreendimento desenvolve alguma ação social ou comunitária?

1.() Sim Qual? _____ 2.() Não

13. Função do entrevistado no empreendimento: _____